



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

NOVOS E VELHOS E DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL

LETÍCIA FERNANDA DE OLIVEIRA CUSTODIO ¹

RESUMO: O presente trabalho trata do exercício da relativa autonomia dos assistentes sociais, buscando analisar suas restrições frente às mudanças no trabalho intelectual e o aumento da incorporação das tecnologias de informação. Nosso propósito é que este artigo possa instigar reflexões sobre os limites e possibilidades do exercício profissional diante das presentes configurações do mundo do trabalho e das políticas sociais, de modo a contribuir na efetivação do Projeto Ético-Político Profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Autonomia Relativa. Trabalho intelectual.

ABSTRACT: The present work deals with the exercise of the relative autonomy of social workers, seeking to analyze their restrictions in the face of changes in intellectual work and the increase in the incorporation of information technologies. Our purpose is that this article can instigate reflections on the limits and possibilities of professional practice in the face of the present configurations of the world of work and social policies, in order to contribute to the realization of the Professional Ethical-Political Project.

Keywords: Social Work. Relative Autonomy. Intellectual Work.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

INTRODUÇÃO

É inegável que as transformações societárias em curso vêm incidindo no Serviço Social seja na formação acadêmico-profissional, nas relações de trabalho do assistente social ou nas novas configurações do objeto de trabalho deste profissional, dentre outras dimensões. Dentro deste amplo quadro de mudanças, o propósito deste texto é apreender os impactos provocados pelas transformações do trabalho intelectual no exercício da relativa autonomia do assistente social nos últimos anos, que se exacerbam com a expansão da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) com a pandemia da COVID-19.

Partimos do entendimento que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social e técnica do trabalho, de modo que só pode ser apreendido se analisadas as condições e relações sociais capitalistas (IAMAMOTO, 1996,1999,2007). A nosso ver, a identificação do Serviço Social enquanto trabalho exige a investigação das atuais formas de configuração do trabalho no atual estágio do modo de produção capitalista, uma vez que, conforme as reflexões de lamamoto (1996,1999,2004) o assistente social está submetido aos

ditames do capital a toda forma de trabalho assalariado. Para fundamentar o debate acerca do trabalho intelectual na dinâmica capitalista hoje, utilizaremos como referência a tradição marxista, através do diálogo com Marx, Mandel e Braverman.

O interesse pelo estudo deste tema advém de inquietações suscitadas em virtude do nosso exercício profissional onde observamos que, em meio à concretização de novas formas de organização do trabalho, vem ocorrendo uma progressiva restrição dos espaços para efetivação da relativa autonomia do assistente social.

1. O REDIMENSIONAMENTO DO TRABALHO INTELECTUAL NA CONTEMPORANEIDADE

Consideramos que devemos iniciar este estudo abordando os principais traços que o trabalho assume no modo de produção capitalista, porquanto sua determinação nas transformações sofridas pelo trabalho intelectual na contemporaneidade.

Em primeiro lugar, cabe apontar que no pensamento marxiano, o trabalho em seu sentido simples é a atividade através da qual o homem satisfaz as suas necessidades, formando valores de uso, produzindo, assim, a sua existência (MARX, 2000). Sob esta perspectiva, Marx (2000) apreende que o trabalho consiste numa condição da existência humana, estando presente independentemente da formação social.

Marx (2000) ressalta que o trabalho constitui uma atividade específica do ser humano, o qual se distingue pela capacidade de prévia ideação do homem, que trabalha buscando alcançar um resultado determinado. Segundo o referido autor, o trabalho enquanto atividade livre e consciente constitui o homem porque “[.] modifica sua própria natureza. Desenvolve as potências nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2000, p, 211).

Neste sentido simples, Marx (2000) aponta que o processo de trabalho é

composto por três elementos: a atividade do homem (o próprio trabalho), o objeto sob o qual se incide a ação do trabalhador e os meios de trabalho.

Feita estas breves considerações, avançaremos na compreensão do trabalho no modo de produção capitalista. Marx (2000) observa que o trabalho como criador de valor de uso está subordinado à lógica de valorização do capital - ao produzir mais valor do que o necessário para sua reprodução - que é expressa na produção universal de mercadorias.

Na concepção de Marx (2000), no modo de produção capitalista os produtos do trabalho não interessam de maneira concreta, ou seja, por sua utilidade ao ser humano, ao contrário, ao capitalista apenas interessa a enquanto portador de valor de troca, que corresponde na forma monetária à quantidade média de trabalho necessária para a produção daquele valor de uso. Conforme a interpretação marxiana, o modo de produção capitalista está assentado nas relações de trocas de mercadoria (MARX, 2000).

Neste ponto, é importante esclarecer que na teoria marxiana a mercadoria constitui uma unidade em sua diversidade enquanto valor de uso e suporte material do valor de troca (MARX, 2000). A qualidade de valor de uso está relacionada ao trabalho concreto – isto é, a concretização de um valor de uso que atenda uma necessidade-, pois é a forma que o produto do trabalho responde a uma necessidade social específica; por sua vez, o valor de troca está atrelado às relações sociais de produção.

Isto posto, Marx (2000) afirma que o processo de produção capitalista constitui uma unidade entre processo de trabalho, que é uma dimensão sempre presente, e processo de valorização, que é a típica forma capitalista de produção de mercadorias.

Na análise empreendida por Marx (2000), a dimensão do processo de trabalho é a expressão do trabalho concreto, ou seja, a produção de um valor de uso determinado, que atende uma necessidade específica. Entretanto, no modo de produção capitalista este é subjugado pela dimensão do trabalho abstrato, que compõe a substância do valor, uma vez que todos os trabalhos são indiferenciados, pois são reduzidos a tempo de trabalho socialmente necessário, porquanto não

interessa a natureza do trabalho, mas apenas a quantidade do trabalho presente² (RUBIN, 1987).

Este arranjo é possível em virtude da forma particular que o trabalho assume na dinâmica capitalista: o trabalho assalariado. As relações sociais de produção capitalista exigem que haja a distinção entre homens proprietários e não proprietários dos meios de produção, sendo os últimos obrigados a vender sua força de trabalho como única forma de viabilizar sua reprodução social. Diante disto, a força de trabalho se converte numa mera mercadoria, a qual é adquirida pelo capitalista de modo similar ao conjunto de coisas que o capitalista compra a fim de produzir mercadorias (MARX, 2004). É essencial destacar é que a mercadoria força de trabalho é de natureza especial, pois é capaz de promover a valorização do capital. De maneira sucinta, podemos afirmar que para a teoria marxiana, o tempo da jornada de trabalho está decomposto entre o tempo necessário para a produção do valor que garante as condições mínimas de reprodução da força de trabalho, que o trabalhador recebe na forma de salário, e um tempo excedente, que se caracteriza como trabalho não pago, no qual o valor produzido é apropriado privadamente pelo capitalista constituindo a mais-valia. Marx (2004) evidencia que a finalidade da produção capitalista é a expropriação da mais-valia para a valorização do capital.

Marx (2000) ressalta que a venda do valor de uso da força de trabalho para realização do processo de trabalho no capitalismo culmina em dois processos: o controle da produção é realizado pelo capitalista que comprou as mercadorias para a realização do processo produtivo, o que significa dizer que o trabalhador não tem autonomia sobre seu próprio trabalho, e, além disso, o produto do trabalho não é apropriado por seus produtores diretos, mas sim pelo capitalista.

Esta análise sobre as características do trabalho no modo de produção capitalista nos permite compreender a cisão entre trabalho manual e intelectual efetuada neste modo de produção, que é resultante do aprofundamento da divisão do trabalho. Marx (2017) apreende que esta forma de divisão do trabalho promove uma visão entre o trabalho manual e intelectual, em que o trabalhador não apresenta

²Rubin (1987) salienta que o trabalho abstrato é peculiar ao modo de produção capitalista na medida em que os trabalhos apenas podem ser igualados quando a relação de trocas é universalizada, em outras palavras, os trabalhos apenas podem ser igualados, quando é possível homogeneizar todas as mercadorias.

mais domínio sobre a totalidade do seu processo de trabalho

Constitui um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhe as potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho, desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalho, fazendo dele um trabalhador parcial, e se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital (MARX, 2017, p. 435)

A distinção entre a concepção e a execução – em outras palavras o trabalho intelectual do manual – é fundamental à subsunção do trabalhador ao capital, tornando-o cada vez mais dependente do capital para se reproduzir. Marx (2017) evidencia que esta especialização do trabalho também “parcela” o homem, que não se reconhece no produto do trabalho. Nesta esteira, torna-se evidente que no pensamento marxiano às inovações tecnológicas atendem ao interesse do capital

As potências intelectuais da produção, ampliando sua escala por um lado, desaparecem por muitos outros lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se defronte a eles no capital. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se consuma na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital (MARX, 2013, p.435)

Segundo Braverman (1987), tradicionalmente, o trabalho manual esteve associado ao trabalhador fabril, o qual estava aleijado da concepção do trabalho, realizando uma atividade de repetição de gestos manuais para execução de um produto tangível. Neste ponto, é fundamental enfatizar que todo trabalho é uma composição entre trabalho manual e intelectual, isto é, não existe nenhum trabalho que prescindia de alguma das dimensões, o que diferencia é a prevalência de cada um.

Prosseguiremos este estudo investigando a organização do trabalho intelectual hoje. Na obra “Trabalho e capitalismo monopolista”, Braverman (1987) debruça-se nas transformações do mundo do trabalho nesse novo estágio do capitalismo. Dentre as ricas formulações empreendidas pelo autor, o que interessa nesse estudo são as reflexões acerca da mecanização do trabalho intelectual nos

escritórios que, a nosso ver, expressam a tendência de modificação do trabalho intelectual hoje em outros.

Mandel (1985) ao discutir a expansão do setor de serviços no capitalismo tardio³, apreende que é característico do desenvolvimento do capitalismo generalizar a produção de mercadorias e do trabalho assalariado, reproduzindo a lógica mercantil em todas as esferas da vida social. Por isso, para o autor, no capitalismo tardio há

industrialização generalizada universal pela primeira vez na história. A mecanização, a padronização, a superespecialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinam apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social (MANDEL, 1985, p.271).

A citação acima é precisa ao expor que a expansão da forma de organização e gestão do trabalho para além do mundo fabril. Esta afirmação é, em nossa perspectiva, mais aprofundada no estudo de Braverman (1987).

Braverman (1987) observa que no capitalismo monopolista não apenas ocorre uma ampliação significativa dos trabalhadores em escritório como também se modifica a forma de realização desta forma de trabalho, com os trabalhadores perdendo seu domínio sobre o processo de trabalho. De acordo com este autor, nesta fase os princípios do modelo de administração da gerência científicam alastram-se do mundo da produção para o trabalho em escritório, o que é expresso através da parcialização do trabalho, da intensificação da supervisão sob o trabalhador, na definição do modo e tempo para realização das tarefas, entre outras características que até então se limitavam ao trabalho em fábrica (BRAVERMAN, 1987).

Neste sentido, Braverman (1987) afirma que os estudiosos em administração da segunda e terceira geração pôs taylorismo consideram que não há distinção entre o trabalho realizado em fábrica e o trabalho efetivado em escritório, que ambos podem ser examinados como cadeia de movimentos. De modo similar, os gerentes de escritório assumem que é possível a “ padronização” e “racionalização” do todo

³Na análise de Mandel (1985), no capitalismo tardio a crescente dificuldade de produção de mais valia resulta no fenômeno de supercapitalização, que representa a existência de um grande volume de capital excedente a capacidades de valorização na esfera produtiva-, em virtude da dificuldade de extração de mais valia. Este capital disponível é investido no setor de serviços, de maneira que o capital penetra de maneira crescente em áreas não produtivas

trabalho em escritórios (BRAVERMAN, 1987).

Com base nestas assertivas e em estudos sobre o trabalho em escritório no período, Braverman (1987) apreende que o processo de trabalho em escritório passa a ser ditado conforme a lógica de organização do trabalho fabril. Tal movimento apresenta como uma das suas consequências a mecanização do trabalho intelectual, que é o objeto de nossa preocupação neste estudo.

O avanço da gerência científica acarreta numa ampla fragmentação do trabalho intelectual realizado nos escritórios, em que as atividades de concepção são concentradas em poucos homens, associados à gerência. Nesta nova configuração, o trabalhador em escritório não apresenta autonomia para pensar em como deve executar seu trabalho, que já é previamente definido seguindo critérios de eficiência, de modo que o dito trabalho intelectual converte-se no desempenho de ações simples e repetitivas, que não exigem o exercício mental. Nos termos do autor

A eliminação progressiva do pensamento no trabalho do escritório assume a forma, assim, da redução do trabalho mental à execução repetitiva da mesma pequena série de funções. O trabalho ainda é feito no cérebro, mas o cérebro é usado como o equivalente da mão do trabalhador de pormenor na produção, pegando ou soltando uma única peça de "dados" vês por outra. O passo seguinte é a eliminação do processo pensante inteiramente – ou pelo menos na medida em que é sempre retirado do trabalho humano – e o aumento das categorias burocráticas nas quais nada mais que trabalho manual é executado (BRAVERMAN, 1987, p. 270)

Braverman (1987) ainda ressalta que o desencadeamento do processo de mecanização do trabalho em escritórios promove uma série de implicações no processo de trabalho na medida em que o computador dita o ritmo de trabalho, de forma a intensificar a velocidade da execução das tarefas, retirando do trabalhador esta escolha. Além disso, o autor aponta que os computadores permitem um maior controle do trabalho pela gerência.

Nesta linha de raciocínio, Braverman (1987) conclui que ocorre uma expropriação da dimensão intelectual do trabalho, de forma que se diluem as tradicionais distinções entre o trabalho manual efetuado nas fábricas e o trabalho de escritórios. Para o autor, com a rotinização e simplificação das tarefas, o trabalho torna-se predominantemente a mera execução manual⁴. Este processo configura o

⁴Cabe ressaltar que para Braverman (1987) o pensamento não é excluído totalmente do trabalho intelectual, mas sim que há um predomínio da mera repetição mecânica, assim como ocorre no trabalho típico da esfera da produção restrita. Para o referido autor, nenhum trabalho suprime totalmente uma das dimensões, o que

que o autor designa de mecanização do trabalho intelectual.

É importante ressaltar que esta transformação no trabalho em escritórios tem seu fundamento a busca pelo aumento do controle sobre o trabalho, limitando o domínio do trabalhador sobre o processo de trabalho ao mesmo tempo em que obstaculiza o exercício da autonomia.

2. SERVIÇO SOCIAL: A AUTONOMIA RELATIVA EM RISCO?

Conforme apontado na introdução deste texto, o presente estudo assume como perspectiva teórica que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão social e técnica do trabalho. Tal afirmativa apresenta como fundamento os estudos de Yamamoto, que se utiliza do referencial marxista, com uma ampla apropriação de categorias como trabalho, produção e reprodução social.

Para Yamamoto e Carvalho (1996), a emergência do Serviço Social como profissão está atrelada ao agravamento das contradições do modo de produção capitalista com o desenvolvimento do capitalismo industrial e urbanização. Este período é caracterizado pela eclosão de novas expressões da questão social e aumento da organização política dos trabalhadores, os quais exigem respostas das classes dominantes para além da repressão e caridade (YAMAMOTO E CARVALHO, 1996).

Neste cenário, o Estado passa a atuar de forma sistemática nas manifestações da questão social, o que exige novos profissionais que detenham qualificação específica, dentre eles, o assistente social (YAMAMOTO E CARVALHO, 1996). De acordo com a autora, o assistente social é requisitado a intervir na mediação ao acesso aos serviços sociais – que são objetivados via políticas sociais – os quais são implementados pelas empresas capitalistas e, sobretudo, pelo Estado.

diferencia é justamente a predominância.

Feitos estes breves comentários, podemos apresentar a tese de Iamamoto e Carvalho (1996), que guia este estudo, a qual compreende que o Serviço Social constitui uma especialização do trabalho coletivo que está inserido no processo de reprodução das relações sociais, contribuindo para a reprodução material e espiritual da força de trabalho. Neste sentido, Iamamoto (2003) define que

O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2003, p. 69).

Com isto, entendemos que o Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo que realiza um trabalho predominantemente intelectual. É deste pressuposto que seguiremos nossa análise, buscando entender como as tendências contemporâneas do mundo do trabalho afetam esta profissão.

Isto posto, é fundamental ressaltar que na interpretação dos autores a reprodução das relações sociais apreende a reprodução da totalidade da vida social, o que abrange tanto a reprodução material – da força de trabalho – como também da reprodução espiritual, o que compreende os valores e a ideologia dominante (IAMAMOTO E CARVALHO, 1996). Em suma, os autores compreendem que a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida. Neste sentido, é fundamental reconhecer que o processo de reprodução das relações sociais capitalistas também é – inevitavelmente- a reprodução ampliada das contradições do modo de produção capitalista, visto que

A reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e do antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na luta de classes (IAMAMOTO E CARVALHO, 1996, p. 73)

De forma sintética, concebemos o Serviço Social como uma profissão inscrita da divisão social e técnica do trabalho que atua na reprodução das relações sociais. Para Iamamoto e Carvalho (1996), o assistente social está inscrito no circuito do

valor de venda e compra da mercadoria força de trabalho, ou seja, trata-se de um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho ao empresariado, e, prioritariamente, ao Estado⁵.

Conforme ressaltado pela autora, a dinâmica das relações sociais não representa o contexto da ação profissional, mas são aspectos fundamentais, conformando o trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 1999). Neste sentido, lamamoto e Carvalho (1996) sustentam que o Serviço Social deve ser pensado a partir de duas dimensões dialéticas. De um lado, o exercício profissional é constituído pela consciência do sujeito, que constroem a atividade. Entretanto, também configura atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais, que confere direção social ultrapassando a vontade dos sujeitos.

Outra importante observação de lamamoto (1999) refere-se à percepção que o Serviço Social não apresenta um processo de trabalho próprio, mas sim, se insere em diferentes processos de trabalho a depender do espaço ocupacional que o profissional atua. Esta assertiva é fundamental para nosso trabalho, pois nos permite reconhecer que o assistente social não é responsável pela organização do seu processo de trabalho, o qual é, na realidade, submetido às determinações do mundo do trabalho com as mediações particulares (IAMAMOTO, 1999).

Deste modo, a análise sobre o Serviço Social na contemporaneidade requer um mergulho analítico nas novas configurações do Estado, com a consolidação do ideário neoliberal, e nas mudanças do mundo do trabalho para apreender não só as mudanças no objeto do trabalho do assistente social – as expressões da questão social – como as alterações no trabalho do assistente social tanto pelas condições de realização do trabalho como na precarização por sua condição de trabalhador assalariado.

A condição de trabalhador assalariado do assistente não permite que sua ação profissional seja realizada sob total autonomia do assistente social. Como

⁵lamamoto e Carvalho (1996) destacam que a condição de assalariamento distingue o assistente social de formas protoformas da profissão.

apontado acima, o assistente social não define o formato da organização do processo de trabalho no qual está inserido. Iamamoto (1999, 2007) observa que é o empregador que define o público-alvo das ações, os recursos, a jornada de trabalho do profissional, dentre outros elementos do trabalho. Entretanto, Iamamoto e Carvalho (1996) alertam que pela própria natureza contraditória do processo de reprodução social, apontada anteriormente, o trabalho do assistente social é atravessado pela contradição.

Deste modo, embora o assistente social seja contratado com intuito de auxiliar a reprodução social, especialmente através do controle social e transmissão da ideologia favorável ao capital à classe trabalhadora, Iamamoto (1999, 2007) considera o antagonismo entre as classes sociais podem incidir na direção do trabalho do assistente social para satisfação dos interesses da classe trabalhadora⁶, com os quais o projeto ético-político profissional se vincula. Para tanto, é necessário, nas palavras de Iamamoto (1999)

Orientar o trabalho nos rumos aludidos requisita um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Estes elementos, aliados à pesquisa da realidade possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. (IAMAMOTO, 1999, p. 34)

Na perspectiva de Iamamoto (1999,2007) o assistente social desfruta do que a autora designa de relativa autonomia, que se caracteriza pela possibilidade de autonomia técnica, teórica e ético política no modo exercer seu trabalho. A autora compreende que esta qualidade advém de se tratar de uma profissão que exige uma formação acadêmica específica e de seu status de profissão liberal, que proporciona a existência de conselho profissional e legislação específica – código de ética e lei de regulamentação da profissão, soma-se a isto a atuação direta com o usuário, o

⁶Cabe destacar que o trabalho do assistente social é estruturalmente tensionado pela contradição entre as classes, pois pela mesma atividade responde aos interesses da classe dominante e da burguesia, o que não pode ser suprimido (IAMAMOTO E CARVALHO, 1996).

que permite que o profissional direcione o atendimento de certa forma⁷ (IAMAMOTO, 1999, 2007).

O exercício da relativa autonomia não é mera concretização das intenções do profissional, mas também é determinada pela relação entre as classes na sociedade e no espaço sócio-ocupacional, e pela dinâmica do mundo do trabalho, Estado e políticas sociais (IAMAMOTO, 1999). Diante deste quadro, lamamoto (1999, 2007) reconhece um dilema entre a relativa autonomia do assistente social e a condição assalariada que impõe limites objetivos ao sujeito profissional.

Feitas estas considerações sobre a relativa autonomia do Serviço Social, seguiremos com uma breve reflexão acerca das implicações da nova organização do trabalho intelectual sob a autonomia relativa do assistente social, a partir das reflexões de Braverman (1987) sobre a mecanização do trabalho intelectual, num cenário que a pandemia da COVID-19 produz uma intensificação do uso das tecnologias de informação, que promovem expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho.

Conforme assinalado por lamamoto (1996, 1999), embora o assistente social detenha o estatuto de profissional liberal, na sociedade brasileira historicamente atua como trabalhador assalariado, tendo em vista que o profissional não dispõe dos meios para efetivação do trabalho⁸. Diante disto, lamamoto (2007) ressalta a necessidade de reflexões acerca das inferências da condição de trabalhador assalariado no trabalho concreto do assistente social.

Esta discussão exige o reconhecimento das transformações nas políticas públicas promovidas pelo Estado Brasileiro, com o advento do neoliberalismo e reforma gerencial na década de 1990. Neste momento, o país sofre o que Behring (2008) denomina de contra-reforma do Estado, que, para a autora, trata das requisições de adaptação do Estado brasileiro às demandas do capital mundial. O discurso adotado pelos governantes defendia que a crise enfrentada nas décadas de

⁷Iamamoto (2007) ainda considera que a falta de precisão sobre as atribuições e competências do assistente social abre possibilidades de uma intervenção profissional para além das demandas dos empregadores.

⁸Deste modo, é fundamental compreender o trabalho do assistente social enquanto trabalho abstrato, constituinte do trabalho socialmente produzido.

1980 e 1990 constituía uma crise localizada no Estado – crise fiscal – do Estado, que era motivada pela explosão da dívida externa e medidas de “populismo econômico”, assim a resolução da crise estava centrada na superação da dita crise fiscal do Estado, para tanto fazia necessário reformar o Estado brasileiro, que deve redefinir suas funções. Sob este argumento, instaura-se o Plano Diretor da Reforma do Estado, sancionado em 1995, o qual estabelecia uma reforma do aparelho do Estado, que deveria abandonar o patrimonialismo e adotar o gerencialismo, o ajuste fiscal, a realização de reformas orientadas para o mercado como abertura comercial e privatização de empresas, dentre outras medidas (BEHRING, 2008). No que tange ao desenho e organização das políticas sociais, Almeida e Alencar (2015) destacam que

Sob o argumento de transitar para um tipo de administração pública, considerada burocrática, rígida e inoperante para uma administração que se quer gerencial, flexível e eficiente justificou as mudanças centrais no aparelho de Estado para a recuperação da capacidade de formulação e avaliação de políticas, para o resgate da agilidade de gestão, da eficiência e da qualidade da prestação de serviços. Tudo isso, portanto, justificou a promoção de uma ampla reestruturação organizacional, conjugada à renovação de métodos de gestão e de qualificação da força de trabalho (ALMEIDA E ALENCAR, 2015, p.167).

Nesta esteira de pensamento, Almeida e Alencar (2015) defendem que a relativa autonomia das diversas formas de trabalho intelectual presentes nas políticas sociais é afetada pelo movimento de rotinização, com instituição de movimentos de padronização de tarefas. Segundo Guerra (2017), o padrão de políticas sociais é um determinante para o exercício profissional do assistente social, de tal modo, que o formato em vigor – sob a lógica privatista, mercantilista e assistencialista- enseja uma atuação profissional direcionada ao atendimento das demandas imediatas, sem ultrapassar o cotidiano, o que se expressa em ações profissionais pragmáticas e pontuais.

Um ponto que consideramos necessário ressaltar refere-se ao recrudescimento da distinção entre os formuladores e executores dos serviços sociais, onde predominantemente se inscrevem os assistentes sociais. Esta realidade é expressa na definição dos instrumentos técnico-operativos pela esfera da gestão o que instaura uma rotinização da jornada de trabalho dos profissionais do serviço social e limita a criatividade do profissional.

Pensar o trabalho profissional do assistente social na contemporaneidade exige compreender também como as transformações no mundo do trabalho e o ideário neoliberal se unem para a precarização do trabalho profissional do assistente sociais na política social, o que se desdobra na intensificação da jornada de trabalho e insegurança do vínculo empregatício, dentre outras consequências, que afetam a autonomia profissional. Neste quadro, o assistente social desempenha suas ações de maneira quase que automática, sem espaço para reflexões e com pouco tempo para o desenvolvimento de ações que superem as demandas exigidas pela instituição.

A organização do processo de trabalho nas políticas sociais é constantemente alterada pela ampla incorporação das TIC nas políticas públicas, o que é exponenciado pela implementação de medidas de distanciamento social durante pandemia da Covid-19, conforme exposto por Cavalcante e Prêdes (2022). Estas autoras partem do pressuposto de que a tecnologia não pode ser concebida como neutra, ao contrário, pois assume a forma ditada pelo modo de produção capitalista, o que nos remete às reflexões de Braverman (1977)

A massa de trabalhadores nada ganha com o fato de que o declínio de seu comando sobre o processo de trabalho está mais que compensado pelo comando crescente por parte dos gerentes e engenheiros. Pelo contrário, não apenas sua qualificação cai em sentido absoluto (naquilo que perdem o ofício e as 35 capacidades tradicionais sem ganhar novas capacidades para compensar a perda), como cai em sentido relativo. Quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece (Braverman, 1977, p. 360).

Cavalcante e Prêdes (2022) destaca que o uso de tecnologia foi expandido para as políticas sociais, que estão sofrendo o que altera denomina de “datificação”. A autora ilustra este processo com a incorporação na Lei Orgânica de Assistência Social que

[...] dá o indicativo de que a linguagem da matemática, base do desenvolvimento de software pelos trabalhadores da Ciência da Computação, será acionada para delimitar que dados serão considerados para o “critério de renda familiar”. O acesso

ao BPC já era penoso para seus usuários antes da pandemia (Stopa, 2017). Com a recente alteração da Lei, chama a atenção como a avaliação social aprofunda seu caráter subsidiário, em face de uma possível automação para a definição de um cálculo a ser considerado uma média não só da renda familiar *per capita*, mas também interferindo no peso atribuído à avaliação social, limitando o alcance e o tratamento de informações qualitativas produzidas pelas assistentes sociais do INSS (Cavalcante e Prêdes, 2022, p120).

É evidente que adoção deste tipo de software é incongruente com o trabalho profissional do assistente social em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional: não há como negar que, neste momento sociopolítico, a racionalidade das TIC é desenhada sob a perspectiva de regressão dos direitos sociais. Ademais, chama-nos atenção que às respostas técnico-operativas dos assistentes sociais devem ser elaboradas mediante o acesso a dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que baseiam à leitura crítica das expressões da questão social, o que não pode ser meramente resumido ao uso de linguagem matemática.

Soma-se a este preocupante quadro a utilização desmedida das TIC e a relação com os usuários. Calvacante (2022) apresenta dados que revelam que não há universalização do acesso à internet com qualidade por toda população brasileira, de modo que podemos concluir que a promoção de políticas sociais por este meio pode corroborar para a acentuação da desigualdade social. Torna-se necessário também investigar como o ambiente virtual pode incidir no trabalho profissional dos assistentes sociais com os usuários tanto de forma individual como coletiva.

Podemos explicitar que o assistente social vem perdendo a possibilidade de escolha dos seus instrumentos de trabalho, que já são previamente definidos, numa constante busca pela padronização das ações.

A nosso ver, estas transformações do trabalho intelectual modificam o quadro exposto por Iamamoto (1997), quando afirma que

o assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido por sua atividade distinto daquele que é o que é subproduto, por exemplo, um operário na linha de produção (IAMAMOTO, 1997, p.97)

Frente à mecanização do trabalho intelectual tal alegoria perde peso, pois o assistente social perde o controle sobre a forma de execução do trabalho, se

consideramos a definição dos instrumentos pela gestão e a lógica produtivista, que dita o ritmo de trabalho. Em outras palavras, o que percebemos é uma mecanização do trabalho do assistente social, o que é uma conclusão evidente, tendo em vista que o trabalho concreto do assistente social é submetido às determinações gerais do trabalho no modo de produção capitalista.

Nestas condições, apreendemos que há uma tendência restrição nas possibilidades de escolhas nas ações profissionais no cotidiano dos assistentes sociais. Com efeito, o assistente social sofre uma retração nos espaços de possível exercício da relativa autonomia, na medida em que a mecanização do trabalho intelectual tenciona esvaziar o processo de trabalho para que se torne uma mera repetição de ações.

CONCLUSÃO

Consideramos que estudos que analisem o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo exigem essencialmente a reflexão sobre os ditames do trabalho assalariado na contemporaneidade para a real percepção da configuração do trabalho concreto do assistente social.

Através do esforço teórico aqui empreendido concluímos que a tendência de mecanização do trabalho intelectual, que se acentua com a difusão do uso das tecnologias de informação, reconfigura os processos de trabalho coletivo nas políticas sociais, gerando uma série de desafios às condições materiais para o exercício da relativa autonomia do trabalho do assistente social. Concluímos que são postas novas condições às decifradas por Iamamoto (1999, 2004), de maneira que é necessário um esforço teórico da categoria para desvelar a nova dinâmica vigente. Nesta direção, concordamos com Calvacante e Prédés (2022) quando afirmam ser fundamental que o Serviço Social brasileiro se aproprie da discussão referente à incorporação da Ciência da Computação nas políticas sociais, a fim de proporcionar uma relação interdisciplinar que, sem negar os obstáculos para tanto, contribua para os interesses da classe trabalhadora.

Por fim, é importante ressaltar que não defendemos aqui uma visão

determinista do trabalho do assistente social, nossa proposta foi apresentar um dos fatores da nova dinâmica das relações sociais, o que não significa eliminar o reconhecimento da capacidade de escolha do assistente social, que é exercida nas escolhas teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa (IAMAMOTO, 1996). Outrossim, a história está em constante movimento e o fortalecimento da luta da classe trabalhadora nos espaços sócio-ocupacionais e na sociedade pode legitimar uma atuação do assistente social em favor das demandas dos oprimidos, agregando novos elementos a essa discussão.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mônica M. T. de ; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de . Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. **O Social em Questão**, v. 2, p. 161-180, 2015.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra Reforma - desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- CAVALCANTE, RITA ; PRÉDES, Rosa. Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais. **SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE** , p. 110-128, 2022.
- IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11 ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1996. pp 29-126.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **Serviço Social em tempo do capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007 cap. IV.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 39-70.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.(Os

Economistas).

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. “Trabalho produtivo e trabalho improdutivo”. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo:

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Pólis, 1987. pp 139-201.